



# SENADO FEDERAL

## EMENDAS

Apresentadas à **Medida Provisória nº 1059, de 2021**, que *"Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	005
Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	006

**TOTAL DE EMENDAS: 2**



[Página da matéria](#)

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PLV nº 24, de 2021)

Dê-se ao art. 20 da Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, na forma do art. 1º do PLV nº 24, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 20.** Esta Lei aplica-se aos atos praticados e aos contratos e instrumentos congêneres firmados enquanto durar a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, independentemente do seu prazo de execução ou de suas prorrogações.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, instituiu medidas excepcionais para o enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. A MPV nº 1.059, de 2021, por sua vez, alterou o art. 20 dessa Lei, para prorrogar o seu prazo de aplicação.

Consideramos, contudo, que a redação desse dispositivo pode ser aperfeiçoada, de forma a especificar a “declaração de emergência em saúde pública de importância nacional” como “decorrente da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2”.

Com a certeza de que essa alteração aprimora o PLV nº 24, de 2021, pedimos os votos dos nobres Senadores e das nobres Senadoras para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_**

(à MPV 1059/2021)

Dê-se ao art. 2º da Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, a seguinte redação:

“Art. 2º .....

I – a aquisição de vacinas e de insumos destinados à vacinação contra a covid-19, **somente após o registro sanitário** ou da autorização temporária de uso emergencial;

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, dispõe sobre medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos, possibilita a aquisição de vacinas antes do registro sanitário, de acordo com o disposto no inciso I do art. 2º. O objetivo desta emenda é permitir que a aquisição de vacinas e insumos somente ocorra após o registro sanitário, tendo em vista que já dispomos de vacinas disponíveis no mercado, com eficácia comprovada e registro vigente nos órgãos competentes.

Sala da Sessão,      de      de 2021

**Senador Rogério Carvalho**

**(PT - SE)**